



HAL
open science

Dar ou furtar? Presentes, tributos e as ambiguidades da diplomacia luso-africana em Angola à luz dos "sistemas económicos" de Karl Polanyi (séculos 17 a 19)

Dora de Lima

► **To cite this version:**

Dora de Lima. Dar ou furtar? Presentes, tributos e as ambiguidades da diplomacia luso-africana em Angola à luz dos "sistemas económicos" de Karl Polanyi (séculos 17 a 19). 2013. halshs-00814552

HAL Id: halshs-00814552

<https://shs.hal.science/halshs-00814552>

Preprint submitted on 17 Apr 2013

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Dar ou furtar?

Presentes, tributos e as ambiguidades da diplomacia luso-africana em Angola à luz dos “sistemas económicos” de Karl Polanyi (séculos 17 a 19)

Dora Isabel Pereira de Lima
Centro de História de Além-Mar- FCSH UNL
Laboratoire Modernités et Révolutions – Université Paris 1

Influenciado pelo *Argonauts from the Western Pacific*, Karl Polanyi analisa no quarto capítulo da *Grande Transformação* os fundamentos e as dinâmicas que se exercem nos três sistemas sociais que “se caracterizam pela rejeição do lucro”. Este capítulo foi, além das escassas passagens da obra que incluem as colónias europeias de África e de Ásia na análise das origens da autorregulação do mercado, aquele que inspirou mais os detratores da *Grande Transformação*. Com efeito, o idealismo de que Polanyi é vítima, neste capítulo, sobre as exóticas organizações sociais não ocidentais que tinham sido divulgadas por Malinowski através da instituição do *kula*, foi denunciado por historiadores e antropólogos como sendo um conjunto de estereótipos cuja cientificidade é pouco relevante¹. Além disso, os especialistas da colonização europeia criticaram por vezes virulentamente a ideia de passividade das colónias perante um processo que teria sido estritamente ocidental, e a visão redutora que Polanyi tem sobre as relações entre os colonos e os colonizados. Nem a publicação póstuma do ensaio *Dahomey and the slave trade. An analysis of an archaic economy* ajudou a integração da economia política de Polanyi nos estudos africanistas². Teremos aqui em conta estas críticas, mas cremos também no valor heurístico da obra de Polanyi para ler a história da presença europeia em África, analisando o caso da presença portuguesa em Angola desde o início do século 17 até o fim do século 19³. Por vezes numa forma esquemática, a história da presença portuguesa em Angola – assim como no resto do litoral africano- foi delimitada entre uma presença puramente comercial e pontual entre os séculos 15 e 19, e, a partir de 1910, como uma presença territorial. Outra dicotomia

¹ Vejam-se as críticas de G. CLARK, “Reconsiderations: 'The Great Transformation' by Karl Polanyi”, 2008, online : <http://www.nysun.com/arts/reconsiderations-the-great-transformation-by-karl/79250/>

e M.N. ROTHBARD, “Down With Primitivism: A Thorough Critique of Polanyi,” 2004, online : <https://mises.org/daily/1607>

² C. COQUERY-VIDROVITCH, “Le Dahomey et son économie” in : *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, vol.24, 1969/4, pp.651-653, recensão crítica de K. Polanyi, *Dahomey and the slave trade. An analysis of an archaic economy*. ; A.N KLEIN, “Karl Polanyi’s Dahomey: To be or not to be a State? A Review Article” in : *Canadian Journal of African Studies*, vol.2, 1968/2, pp.210-223.

³ *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 1974/6, pp.1309-1380.

tradicional é feita entre uns europeus capitalistas, que destabilizam totalmente as economias “tradicionais” africanas – ou, segundo a terminologia de Polanyi, “arcaicas”. Na realidade, esses esquemas bipolares das relações socioeconómicas entre Europeus e Africanos resultam de análises que reificam tanto os grupos em presença – os Portugueses e os Africanos- como os sistemas económicos – a economia do mercado *versus* a “economia moral”⁴. Focar-nos-emos sobre as lógicas de interação e de negociação que caracterizam as relações entre o grupo heterogéneo de Portugueses – com foco nos governadores e nos missionários- presentes em Luanda, e os sobas das várias etnias de Angola. Essas lógicas materializaram-se na constituição duma economia de mercado- com a busca do lucro por todos os agentes em presença- e na manutenção dum sistema de “presentes” necessário à regulação das relações diplomáticas e económicas luso-africanas. Tanto no contexto do tráfico de escravos que se estende do século 17 até meados do século 19, como no contexto de revolução industrial que implica a exploração de matérias-primas e de bens agrícolas, os Portugueses mantiveram com as populações locais relações de “vassalagem” que induziam troca de presentes. Através de estudos de casos que nos pareceram os mais significativos, analisaremos a forma como dois sistemas sociais não só coexistiram como também se transformaram ao longo do tempo, à luz das análises levadas por K. Polanyi na sua *Grande Transformação*.

Dádiva e mercado: génese da dicotomia

Da instituição do *kula* minuciosamente analisada por Bronislaw Malinowski, dos quatro sistemas económicos expostos por Karl Polanyi e dos múltiplos processos de dádiva compilados por Marcel Mauss no seu *Ensaio*, herdou-se uma separação estrita, no que diz respeito à produção historiográfica, entre uma história puramente económica- que se baseia nos estudos quantitativos das forças produtivas duma sociedade- e a chamada “antropologia histórica” que se esforça de analisar as dinâmicas que regem os sistemas de troca do passado à luz dos instrumentos que os atores do tempo teriam. Esta apresentação poderá parecer demasiadamente esquemática e redutora, mas o nosso âmbito é tentar perceber como noções e conceitos elaborados por antropólogos – e um economista- foram apropriados pelos historiadores, no espaço curto do século que separa a publicação dos contributos acima expostos e essa dicotomia historiográfica entre “economias de mercado” e “economias morais”. Para esse fim, seleccionámos debates historiográficos que nos pareceram os mais

⁴D. FASSIN, “Les économies morales revisitées” in : *Annales. Histoire et sciences sociales*, 2009/6, pp.1237-1266

sintomáticos dum processo que levou a despir o conceito de dádiva de seu valor epistemológico.

Pelo impacto que teve nas ciências sociais, convém relembrar brevemente os elementos que constituem a matriz do pensamento de Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a dádiva*. A noção-chave deste curto ensaio é o *potlatch* – um sistema de trocas não mercantis que se caracterizam pela obrigação de dar, devolver e retribuir. Este sistema é constituído por variantes tão divergentes tais como o *kula*, os *oloa-tonga* dos Samoa, os *taonga* dos Maori, ou as honras e os créditos do sistema de troca de presentes nas tribos do Noroeste da América. Para Mauss, o *homo oeconomicus* já se distingue e se opõe ao *homo donatus*, e esta foi uma dialética que legou aos historiadores⁵. Esta distinção encontra-se nos debates do século XX, e foi tão operatória que contribuiu para a criação duma vala cada vez maior entre subdisciplinas históricas, nomeadamente história económica e antropologia histórica. Os próprios “sistemas económicos” que Polanyi teorizou foram utilizados de tal forma que levaram a contradizer a ideia-chave de *embeddedness* que caracterizam os sistemas económicos de reciprocidade, de redistribuição e de administração doméstica⁶. Um exemplo, tirado do contexto da segunda escola das *Annales* chamou a nossa atenção. Em 1974, um número das *Annales. Histoire Economies Sociétés* foi dedicado ao conceito de reciprocidade tal como tinha sido definido por Polanyi. Reunindo especialistas de áreas não europeias – W.G.L. Randles para a África central ocidental, J.P. Chrétien para o Burundi e o Ruanda, A. Margarido sobre o Brasil e N. Watchel para o caso inca-, as contribuições parecem transformar a ideia de “reciprocidade” num instrumento reclamante da legitimidade duma história dos vencidos⁷.

Nesses debates, a distinção clara que Polanyi estabelece entre os sistemas de reciprocidade- definidos no “que se refere à organização sexual da sociedade – ou seja, no que se refere à família e ao parentesco”-, e os de redistribuição que se fazem “sobretudo entre todos aqueles que têm um chefe comum, e é, portanto, de carácter territorial”, desaparece e os contornos definidos pelos historiadores aproximam-se mais da leitura que Marcel Mauss fez do *kula*⁸.

Apesar da demonstração da inexistência da dádiva nos fenómenos sociais elaborada por Jacques Derrida, os historiadores continuaram a interrogar as lógicas de trocas não

⁵M. MAUSS, *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, edição eletrónica realizada por J.-M. Tremblay em 2002, p.100

⁶K. POLANYI, *A Grande transformação. As origens políticas e económicas do nosso tempo*, tradução de Miguel Serras Pereira, Edições 70, Lisboa, 2012, p.177

⁷*Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1974/6, pp. 1325-1326

⁸Esta foi a principal crítica feita aos autores do dossiê por M. Godelier, in: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1974/6, pp.1371-1374

comerciais através do prisma maussiano da dádiva, ao mesmo tempo que as rejeições do *Ensaio sobre a dádiva* se multiplicaram⁹. Desta forma, surgiram a partir da década de 1990 vários trabalhos sobre as “economias morais”, num campo ainda mal definido entre a história jurídica e história das representações¹⁰. A paternidade do termo deve-se a Edward P. Thompson, no seu estudo *The making of the English working class* publicado em 1963. Influenciado pela *Grande Transformação* de Karl Polanyi, Thompson analisa as revoltas da classe operária no contexto da revolução industrial que ocorreu em Inglaterra. O historiador mostra a forma como os preços do pão ou os salários não bastam para explicar as rebeliões da classe operária. Essas teriam de ser também analisadas à luz da moral defendida pelos operários, e que se confronta com as leis do mercado impostas pelos patrões. Os agentes em conflito sugerem-nos a dialética que deu origem ao sistema de mercado autorregulado tal como foi demonstrada por Polanyi. Por um lado, os que defendem os antigos valores dum mercado incrustado na sociedade; por outro, os que desincrustam esse mesmo mercado. O conceito de economia moral aparece portanto num quadro de análise subalterno, e não tem ainda, em 1968, o peso que o próprio autor lhe conferirá duas décadas depois. Com efeito, em 1991, Thompson revê a inteligibilidade do adjetivo “moral” e prefere substituí-lo por “social”. Com efeito, os contornos duma economia “moral” continuam a ser pouco claros. Quais as realidades abrangidas por esta noção? A moral no sentido normativo, no que diz respeito àquilo que se deve ou não deve fazer? Ou teria um sentido mais psicológico e emocional, diretamente ligado aos valores dum determinado grupo social? O termo pareceu tão problemático que o substantivo ao qual era originariamente inseparável foi ocultado por alguns trabalhos de antropologia histórica. O *Antidora* de Bartolomé Clavero foi um deles¹¹. Tendo por questão central o crédito e mais particularmente os juros que lhe correspondem- a “usura”-, a tese de Clavero não integra os mecanismos económicos que deram origem às trocas capitalistas no século 17. Baseando-se numa documentação jurídica – e sobretudo de direito canónico-, o historiador insiste nas resistências da Igreja contra o crescimento do número de transações financeiras centradas no crédito – uma evolução inseparável do contexto de comércio a longa distância no qual a Europa se envolveu já desde o século 16. Ao comentar as normas canónicas em que as trocas comerciais se enquadraram na época

⁹ J. DERRIDA, *Donner le temps*, Galilée, Paris, 1992

¹⁰ Sobre os usos epistemológicos da noção de « dádiva » vejam-se os estudos recentes seguintes : François ATHANÉ, *Pour une histoire naturelle du don*, PUF, Paris, 2011 ; Alain TESTART, *Critique du don. Etudes sur la circulation non marchande*, éditions Syllepse, Paris, 2007 ; Alain CAILLÉ, *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*, Desclée de Brouwer, Paris, 2000 ; Linda ZIONKOWSKI and Cynthia KLEKAR, *The culture of the Gift in Eighteenth-Century England*, Palgrave Macmillan, New-York, 2009

¹¹ B. CLAVERO, *La grâce du don. Anthropologie catholique de l'économie moderne*, tradução de Jean-Frédéric Schaub, Albin Michel, Paris, 1998

moderna, o historiador-jurista faz da sua antropologia histórica uma reificação das realidades sociais da época estudada. Quando os sistemas de redistribuição e de reciprocidade estudados por Polanyi oferecem uma flexibilidade metodológica para o historiador, a dicotomia das economias morais e as de mercado reduz as abordagens das economias “arcaicas”.

Autos de vassalagem e “mimos de padrinhos”

A implantação portuguesa na África central ocidental foi sujeita, desde o primeiro contacto com o Nzinga-a-Nkuwu em 1491, ao estabelecimento de acordos diplomáticos com as chefias locais. Só esses acordos possibilitavam a integração dos Portugueses nas redes comerciais da região, constituindo desta forma um objeto de análise complementar à construção e consolidação do trato dos escravos que marcaram o Atlântico Sul, desde os inícios do século 16 até meados do século 19. A transição agrária que ocorreu entre 1850 e 1875, consequente duma nova configuração e reestruturação do Atlântico Sul – à procura de escravos substituiu-se a de matérias-primas (marfim, tabaco, óleos de palma, amendoim, cera, café, algodão e borracha) - viu também uma reestruturação das relações diplomáticas luso-africanas. Com efeito, a rota de Kassanje que conduziu os Mbangala e os Mbundu a serem os intermediários privilegiados dos Portugueses desde a segunda metade do século 16 até esse momento-chave, passou a perder do seu prestígio para favorecer o contacto com as regiões mais a Sul do Kwanza, e as relações com os Ovimbundu e os Tchokwe¹².

A partir de 1575, os conflitos foram numerosos entre uns Portugueses que não conseguiram estabelecer relações diplomáticas com os chefes locais, e os Mbundu que viram o Ndongo romper-se pouco e pouco até a sua extinção em 1671. Os presídios, as feiras e as missões de evangelização - com eles o tráfico atlântico- nasceram dos acordos e das alianças que os Portugueses conseguiram ou não estabelecer com os sobas¹³. A presença doutras potências europeias na região, os Holandeses e os Ingleses sendo os que mais perturbaram os contactos luso-africanos, também interferiu nas relações luso-angolanas¹⁴. Os autos de

¹² Sobre as adaptações dos Mbundu, Mbangala, Ovimbundu e Tchokwe às configurações comerciais trazidas pelos Portugueses, vejam-se os estudos de I. de CASTRO HENRIQUES, *Commerce et changement en Angola au XIXe siècle. Imbangala et Tchokwe face à la modernité*, L'Harmattan, Paris, 2001; A. FREUDENTHAL, *Arimos e Fazendas. A transição agrária em Angola*, Chá de Caxinde, Lisboa, 2005.

¹³ Sobre as relações diplomáticas portuguesas em Angola, vejam-se por exemplo D. RAMADA CURTO, “Idéologies impériales en Afrique occidentale au début du XVIIe siècle” in : LF de Alencastro e F. Bethencourt, *L'empire portugais face aux autres empires (XVe-XIXe siècles)*, Maisonneuve et Larose, Paris, 2004, M.E. MADEIRA SANTOS, *Nos caminhos de África. Serventia e posse. Angola- século XIX*, IICT, 1998; B. HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História*, Kilombelombe, Luanda, 2007.

¹⁴ D. BIRMINGHAM, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790*, Clarendon Press, Oxford, 1966; J.-L. VELLUT, “Relations Internationales du

vassalagem fornecem-nos índices destas configurações diplomáticas¹⁵. Com efeito, uma equipa da IICT – com o relevante papel desempenhado por Catarina Madeira Santos – conduziu um projeto de transcrição e publicação dos arquivos Ndembu que foram trazidos a Lisboa por João Almeida em 1938. O primeiro volume, publicado em 2002, é constituído por uns 200 documentos datados desde o século 17 até o século 20. As autoras da *Monumenta Africae* focalizaram-se nos processos de apropriação locais dos autos de vassalagem concebidos pelos Portugueses aos Ndembu, realçando três fases neste processo¹⁶. Os autos de vassalagem eram “contratos sinalagmáticos e instituem uma relação de sujeição dos estados africanos face às autoridades portuguesas. Em troca de paz e protecção os Ndembu juram fidelidade ao rei de Portugal [...]”¹⁷. Essa fidelidade materializava-se pelo pagamento do dízimo, o auxílio do governo nas guerras, a abertura das rotas comerciais e a hospedagem dos empregados públicos portugueses. Além disso, tanto a documentação portuguesa – correspondência missionária, relações dos governadores, chancelaria régia – como a documentação Ndembu, referem-se à troca de presentes que acompanhava as alianças e que se incluía nas cerimónias de vassalagem.

Já em 1491, o batismo de Nzinga-a-Nkuwu em Mbanza Kongo acompanha-se de presentes. Vários documentos atestam duma troca regular de “dádivas” entre os sucessivos reis do Congo e os de Portugal. Em 1517, um litígio ligado à perda duma caixa de presentes que era destinado ao rei do Congo revela a importância que esses tinham para a afirmação do poder dos chefes, num processo analítico ao dos autos de vassalagem¹⁸. Com efeito, aquilo que originariamente era destinado a “civilizar os negros”, transformou-se num sistema de demonstrações de fidelidade e de amizade nas relações luso-africanas, e que, como veremos, se entrelaçou com os interesses fiscais e económicos das duas partes.

A primeira embaixada foi enviada ao Ndongo em 1560 “com dádivas para le [el Rey de Angola] ganar la voluntad.”¹⁹. Antes da conquista da região mandada por D. Sebastião na doação de 1571, a documentação jesuítica atesta de trocas de “cousas”:

Moyen-Kwango et de l’Angola dans la deuxième moitié du XVIIIème siècle”, in :*Études d’Histoire Africaine*, vol. I, Université Lovanium de Kinshasa, 1970; J.-L. VELLUT, “Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine, (1700-1900)”, in : *Études d’Histoire Africaine*, vol. III, Louvain/Paris, Éditions Nauwelaerts, 1971.

¹⁵ B. HEINTZE, “The Angolan vassal tributes of the 17 th century” in: *Revista de História Económica e Social*, 1980/6, pp.57-78 e C. MADEIRA SANTOS, “Ecrire le pouvoir en Angola. Les archives ndembu XVIIe-XXe siècles” in : *Annales. Histoire et sciences sociales*, 2009/4, pp.767-795.

¹⁶ C. MADEIRA SANTOS e A.P. TAVARES, “Uma leitura africana das estratégias políticas e jurídicas. Textos dos e para os dembos, Angola, c.1869-1920” in : *Africae Monumenta, A apropriação da escrita pelos africanos., Vol 1 : Arquivo Caculo Cachenda*, IICT, Lisboa, 2002, pp.511-533.

¹⁷ IDEM, *Africae Monumenta*, p.520.

¹⁸ “Auto de Inquirição do Rei do Congo”, in : A. BRÁSIO, *MMA*, 1ª série, vol.1, p.393

¹⁹ “Carta ao reverendíssimo padre geral da companhia de Jesus” in : A. BRÁSIO, *MMA*, 1ª série, vol.2, p.450.

Aonde o seu feiticeiro mor nos mandou receber ao caminho com muita gente, e nos aposentou em sua casa e mandou-nos dar farinha, galinhas, cabras, porém esperando de nós que lhe dessemos alguma cousa de Portugal, porque são muito interesseiros e miseráveis, porque sempre nos pedem alguma cousa, ainda que seja o mesmo Rei. [...] E assim lhe falámos de Deus e das cousas da Christandade, e não nos deu resposta, mas perguntava que lhe lavávamos de Portugal, porque não pretendem senão fato, e fazenda.²⁰

Todavia, o mesmo António Mendes, numa carta enviada sete meses após à anterior, parece ser muito mais compreensivo, ao relatar ao mesmo episódio, no que diz respeito àquilo que denunciava como uma prova de “interesse”:

[...] estes presentes él nos mandó dar dos bueys, uno al embaxador y otro a nosotros y assi muchos capones y cabras y mucha harina y algunas diez o doze calabças de vino y fructas de la tierra; y anssi le empessamos a hablar y a lo que íbamos, que era acerca de la christiandad, diciendo que por esso le enbiava él Rey de Portugal aquellas cosas, porque fuesse christiano [...], que él tendría a él Rey de Portugal por hermano y amigo [...].²¹

O testemunho do jesuíta revela os primórdios duma confusão duradoura, no que diz respeito à troca de presentes, entre uma demonstração de amizade política e uma característica dos interesses económicos envolvidos nos “mimos”. Numa primeira fase, portanto, tentou-se aplicar o modelo diplomático estabelecido com os Mwene Kongo aos contactos com os Mbundu. A troca de presentes foi um processo estreitamente controlado pela monarquia, e cabia aos governadores a simples função de delegados do rei de Portugal. Até os finais do século 19, esse protocolo foi oficialmente respeitado pelos governadores: os presentes só podiam ser remetidos aos sobas aliados, como recompensa de sua fieldade. Os governadores e capitães também deviam recusar os presentes que alguns sobas lhes ofereciam, enquanto esses não assinavam os autos de vassalagem. E, para fechar o triângulo, qualquer capitão que rompesse o sistema de *dora/antidora* com um soba via-se castigado pelo governador e os caminhos eram-lhe fechados pelo chefe africano²². A configuração do sistema diplomático de troca de mimos aparente-se com os sistemas de “reciprocidade” tais como Polanyi os descreve, ou como o *potlatch* que se define pela obrigação de dar, receber e retribuir.

No entanto, as falhas deste sistema diplomático apareceram muito rapidamente. As campanhas de conquista da região iniciadas em 1575 provocaram a rarefação dos

²⁰ “Carta do irmão António Mendes, 29/10/1562”, in: A. BRÁSIO, *MMA*, 1ª série, pp.488-489.

²¹ “Carta do irmão António Mendes, 29/10/1563”, in: A. BRÁSIO, *MMA*, 1ª série, pp.495-512.

²² A.P TAVARES e C.MADEIRA SANTOS, *Africae Monumenta*, pp.226-229.

mantimentos, tendo interrompido as feiras e tornado inseguras as rotas comerciais da região. Os numerosos pedidos de socorro ao rei que se inventariam nas cartas dos missionários e dos governadores gerais, ao longo do século 17, atestam tanto do problema da disponibilidade dos mantimentos da terra como também das carências do sistema de abastecimento imperial. O papel da ilha de S.Tomé, neste contexto, foi fundamental, na medida em que contribuiu para o fornecimento da “farinha-de-guerra”, a mandioca²³. Pela sua adaptabilidade às secas que ocorriam nas savanas de África central, e pelo seu alto rendimento, a mandioca contribuiu para o abastecimento dos soldados portugueses aliados aos Mbangala²⁴. Mas a concorrência da ilha com o litoral cresceu consideravelmente todo ao longo do século 17- no que diz respeito ao tráfico de escravos- e podemos pensar que os fluxos de abastecimento alimentar para o litoral fossem tão irregulares que os Portugueses de Luanda não tiveram outro remédio senão o de recorrer aos alimentos que os Mbundu aliados lhes forneciam. A descrição das missões de evangelização de Pedro Tavares e de Mateus Cardoso, respetivamente em 1631 e 1625, põem em relevo as numerosas entregas de alimentos feitas pelos sobas que convertiam²⁵.

Do ponto de vista europeu, os presentes de mantimentos feitos pelos sobas aos agentes do poder central e aos missionários distinguiam-se dos produtos comprados pelos pombeiros aos mesmos sobas. Diplomacia e evangelização eram domínios separados do mercado, e a moral herdada da sociedade feudal não permitia que existissem imbricações entre essas esferas. Contudo, para perceber as perturbações que a generalização da troca de presentes em Angola causou na organização institucional da presença portuguesa naquela região, temos que ter em conta as lógicas que regiam esse processo do ponto de vista dos sobas. Com efeito, a separação das esferas política e económica não fazia sentido numa sociedade em que a redistribuição dos produtos era uma característica do exercício do poder pelas chefias africanas. Para utilizar a tipologia estabelecida por K. Polanyi, a reciprocidade nalguns estados Mbundu materializava-se, a partir de meados do século 16, na troca de objetos em ferro, os *ngola*²⁶. Insígnias que legitimavam o poder de determinados chefes, a circulação e a posse dos *ngola* eram estreitamente ligadas ao controlo da produção desses símbolos nas minas de Kambambe. Podemos assim perceber que o político apoiava-se num contexto económico. No caso dos Mbangala, a venda de escravos respondia a uma necessidade de

²³ Sobre os mantimentos da ilha de S.Tomé, veja-se a doação de D.Sebastião a Paulo Dias de Novais e os regimentos seguintes (Bento Banha Cardoso, Fernão de Sousa, Manuel Cerveira Pereira)

²⁴ L. F. de ALENCASTRO, *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000; P. C. CORREIRA, *A mandioca: do Brasil para a costa ocidental africana (1550-1650)*, tese de mestrado da Universidade de Lisboa, 2007.

²⁵ A. Brásio, MMA, 1ª série, vol.3, pp. e pp.

²⁶ J.C. MILLER, *Kings and kinsmen. Early Mbundu States in Angola*, Clarendon Press, Oxford, 1976,

regulação social²⁷. Desta forma, o envio de presentes era uma regalia dos sobas, e uma demonstração da sua superioridade hierárquica dentro das sociedades Mbundu e Mbangala. Os sobas definiam-se como chefes espirituais, políticos mas também económicos: a separação europeia destas três matérias não é inteligível no contexto africano.

Os aspetos económicos da diplomacia luso-africana

Os autos de vassalagem contractados com os sobas impunham que, como dissemos, estes pagassem tributo aos governadores portugueses. Na sua relação da conquista de Benguela de 1626, Fernão de Sousa refere-se ao abastecimento alimentar dos soldados portugueses pelos sobas – originariamente feito na forma de presentes-, e informa da possibilidade desses “regastes” serem incluídos na contabilização dos tributos recebidos. Mas ao associar as lógicas de abastecimento locais à administração fiscal dos portugueses em Luanda, o governador confunde o pagamento dos tributos decorrente dos processos de vassalagem dos sobas com a receção de presentes que escapa a esses processos.

Os sovas amigos que correm com o Presidio de Benguella são dous, Peringue que he vezinho e quinzamba que assiste na Bahia de são francisco. Estes resgatão de ordinário mantimentos e as mais cousas da terra por contaria. Há muito outros sovas que não são amigos que podem resgatar e algumas vezes o fazem com Vaca por contaria. Há três Jagas Caconda Angury e Capinguem não há mais Jagas naquele districto. Estes resgatão peças por fazenda. Os direitos das peças cobrou sempre o Conquistador Manoel Serveira Pareira.²⁸

Neste excerto, Fernão de Sousa mostra a maneira como esses “resgastes” são geridos em termos fiscais: os tributos por um lado, e os produtos- nomeadamente os escravos- que relevam do monopólio régio por outro. Assim, a gestão desses presentes faz-se em função da sua natureza, e não propriamente do contexto – diplomático, fiscal ou económico- em que foram remetidos. Em 1638, a Junta da fazenda fora criada em Luanda para receber e administrar os tributos, incorporando-os nos rendimentos da Coroa. Mais tarde, em 1676, no regimento do governador Aires de Saldanha de Meneses e Sousa, o capítulo 5º estipula que os presentes recebidos pelos governadores sejam também registados nas receitas do provedor da junta, o que consta que existia uma verdadeira confusão entre tributos e presentes, essa mesma que estava implícita na relação de Fernão de Sousa.

²⁷ Veja-se, sobre as complementaridades regionais, a terceira parte da tese de I. CASTRO HENRIQUES, *op.cit.*

²⁸ AHU, Avulsos, Angola, Caixa 2, Doc. 104

*Fui servido resolver que aqueles Sóvas, e Potentados meus Vassallos, e dependentes do Governo não sejam chamados, nem obrigados a vos irem visitar com o pretexto de Vassalagem, e obediência e não tomareis presente algum a uns, nem a outros, e quando os tragam lhos mandareis aceitar por conta de minha fazenda [...].*²⁹

Portanto, o processo diplomático de troca de presentes, que devia permanecer um recurso extraordinário dos governadores, colocou problemas tão grandes para a Coroa que esta impôs uma forma jurídica de o regular e de controlar. Podemos pensar que o número de presentes recebidos pela elite colonial portuguesa foi crescendo e o processo diplomático generalizou-se de tal forma que os governadores acabaram por vender o excesso de mantimentos recebidos, provavelmente em troca de mercadorias de valor – escravos, marfim por exemplo, interferindo nos negócios dos contratadores e desviando parte dos rendimentos da Coroa³⁰. Por essas razões, nem todos os membros da elite colonial aceitariam essa realidade, na medida em que essas atividades tinham necessariamente um impacto na administração da colônia³¹. Assim, em 1670, uma consulta foi enviada ao Conselho Ultramarino, denunciando aquilo que era visto pelos conselheiros como uma prova de corruptibilidade dos governadores³². Foi esta consulta que levou o Conselho Ultramarino a incluir um artigo sobre estas questões no regimento de 1676, obrigando os governadores a vender por conta da fazenda os presentes recebidos. O aparelho institucional português não previu a gestão dum excesso de presentes em Angola, e a adaptação deste aparelho aos fenómenos incontroláveis – pois regidos pelas chefias locais- foi uma preocupação do poder central desde o século 17 até finais de oitocentos. A inclusão desses presentes na gestão fiscal da administração não foi uma solução para pôr fim aos denunciados abusos dos agentes da Coroa. Com efeito, em 1885, o governador-geral de Angola Francisco Joaquim Ferreira do Amaral informa que a troca de presentes com os chefes locais – os sobas Ovimbundu e Tchockwe- ainda é um problema sério que afeta a “honestidade” dos governadores da região, cuja ocupação se estendia mais para Sul (Moçâmedes, fundada pelos Portugueses em 1840). Referindo-se ao regimento velho de dois séculos, o governador-geral põe em relevo a contradição entre a denunciada receção abusiva dos presentes pelos seus administradores, e a necessidade ordenada de estabelecer alianças com as chefias da região:

²⁹AHU, Avulsos, Angola, Caixa 11; artigo do regimento citado em M.A. Fernandes de OLIVEIRA e C.A. Mendes do COUTO, *Angolana. Documentação sobre Angola*, vol. II (1883-1887), IICT, 1971, p.489.

³⁰A.P TAVARES e C. MADEIRA SANTOS, *op.cit.*, p.159 e p.237.

³¹R. RICUPERO, *A formação da elite colonial, Brasil c.1530-c.1630*, Alameda, São Paulo, 2009. O autor mostra a importância da justiça distributiva e do sistema de recompensas implicados do exercício de cargos administrativos no Ultramar português.

³²R. DELGADO, *História de Angola, Terceiro Período: 1648-1836*, vol.3, Banco de Angola, Lisboa, 1973, pp.333-334.

*Se se aceitarem porem taes presente foi em concordância com as doutrinas do numero II do officio, a que respondo e porque se quiz apoiar o prestígio do governo nas boas relações com o sobba poderoso, que dispõe de muitos recursos em armas e em gente [...]*³³

Os administradores portugueses encontram-se balançados entre as instruções da Coroa que interpreta a troca de presentes com os sobas como uma prática abusiva dos governadores, e as exigências dos chefes locais que esperam pelas retribuições dos presentes que enviam, para manter relações pacíficas com os Portugueses. E na ausência dessas retribuições, os sobas podem acabar por se revoltar, como aconteceu em 1885 com os Ovimbundu. O governador de Moçâmedes enviou uma expedição diplomática no distrito de Huíla, em Huamba, seguindo o rio Kunene :

*Se aqui se não puderem obter carregadores para levarem objectos para vossa Senhoria presentear aquelles dois sobas, como é de crer que se não obtenham ficar Vossa Senhoria autorizado a comprar ahi ou na Huilla, aguardente, cobertores e mais artigos próprios para os presentes que poderá fazer até á quantia de quarenta mil reis a cada sobba.*³⁴

Este episódio, assim como os numerosos testemunhos contidos no arquivo Ndembu do Cacula Cahahenda, permite-nos realçar que a “troca de presentes” é um processo longe de ser puramente diplomático, e que as fronteiras com a esfera fiscal são muito porosas. Até que ponto a “troca de presentes” se sobrepõe ou se identifica com um sistema de “troca de impostos”? Em que medida estas trocas são desiguais, tanto do ponto de vista português como angolano? Não haverá uma resposta unânime a estas interrogações, na medida em que as relações entre presentes e tributos devem ser apreendidas em função das variações de contextos espaço-temporais nos quais se estabelecem³⁵.

Os produtos oferecidos pelos Portugueses mostram a estreita correlação deste processo diplomático com as conjunturas económicas da região ao longo do tempo. Assim, se numa primeira fase, os panos e a pólvora são os produtos mais procurados pelos Mbundu e pelos Mbangala, o vinho e a jeribita vão destacar-se duravelmente a partir da segunda metade de

³³ M.A. Fernandes de OLIVEIRA e C.A. Mendes do COUTO, *Angolana. Documentação sobre Angola*, vol. II (1883-1887), ICT, 1971, p.490.

³⁴ M.A. Fernandes de OLIVEIRA e C.A. Mendes do COUTO, *Angolana. Documentação sobre Angola*, vol. II (1883-1887), ICT, 1971, p. 472

³⁵ Enquanto Ralph Delgado interpreta esses acontecimentos como “dádivas”, René Pellissier os identifica a tributos exigidos pelos Ovimbundu aos Portugueses. R. DELGADO, *op.cit.*, pp.333-334 e R. PELLISSIER, “Campagnes militaires au Sud-Angola (1885-1915), in *Cahier d'Etudes Africaines*, vol.9, nº33, 1969, pp.55-123

seiscentos³⁶. Contrariando a visão utópica que Polanyi mostra sobre os sistemas de redistribuição e de reciprocidade, que não seriam motivados pela dinâmica do lucro, a troca de presentes efetua-se, no caso estudado, numa realidade económica muito próxima das leis do mercado. Aí encontram-se a balança da procura e da oferta, o custo de transporte (carregadores, ancoretas), e ainda o valor dos produtos trocados. De facto, uma análise quantitativa e económica destes intercâmbios políticos, culturais e fiscais parece-nos relevante e necessária para apreender o significado dum fenómeno que marcou, na longa duração, a história da presença portuguesa em Angola.

Conclusão

O processo das trocas de presentes entre os sucessivos administradores portugueses e os diferentes chefes de etnias em Angola revela, quando analisado na longa duração, algumas das lógicas expostas por Polanyi nos seus diferentes sistemas económicos. Permite superar a dicotomia herdada de Mauss entre as economias de “dádivas” e as de mercado, e julgamos que o próprio termo de “dádiva” perdeu o seu valor heurístico de tal forma que se revela irrelevante para construir uma história das “trocas não mercantis”. A análise dum fenómeno aparentemente puramente político – as alianças diplomáticas entre os governadores portugueses e os sobas em Angola- à luz da ideia de desincrustação/incrustação desenvolvida na economia política de Polanyi põe em relevo as porosidades das fronteiras que separam os sistemas fiscais (o tributo) e os sistemas diplomáticos (o mimo/presente).

Contudo, o processo aqui estudado também mostra as carências da leitura polanyista das relações coloniais entre as administrações europeias e as sociedades africanas: por um lado, a ausência do político no mecanismo de autorregulação do mercado faz com que as questões ligadas à corrupção das classes dirigentes sejam omitidas. Por outro lado, vimos que a fronteira entre os valores de uso e os valores de lucro dos produtos trocados não parece tão operatória como isso quando se trata dum sistema transcultural: pensar que os Portugueses, sobretudo desde o século 19, foram exclusivamente os agentes de lógicas de mercado e que os sistemas económicos Mbangala, Tschokwe e Ovimbundu excluem-nas para permanecer na lógica de redistribuição seria redutor demais.

Parece-nos que, em termos metodológicos, as trocas diplomáticas de presentes em Angola vêm completar as obrigações, tanto pelos Portugueses como pelos sobas, de pagar

³⁶ Veja-se José C. CURTO, *Alcohol and Slaves : The Luso-Brazilian Alcohol Commerce at Mpinda, Luanda, and Benguela during the Atlantic Slave Trade c.1480-1830 and its impact on the Societies of West Central Africa*, UMI, 1997.

tributo. Até que ponto essas complementaridades foram compensativas? Ou seja, as dívidas envolvidas por um lado teriam sido superadas pelas receitas por outro? Um estudo, mais sistemático e rigoroso, das componentes económicas do processo aqui exposto permitir-nos-á de responder a esta pergunta, e a muitas outras associadas, para perceber melhor as realidades das relações luso-africanas em Angola.

Dora Isabel Pereira de Lima
Centro de História de Além-Mar- FCSH UNL
Laboratoire Modernités et Révolutions – Université Paris 1

Referências bibliográficas mencionadas

Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, 1974/6, pp.1309-1380.

L. F. de ALENCASTRO, *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000

François ATHANÉ, *Pour une histoire naturelle du don*, PUF, Paris, 2011

D. BIRMINGHAM, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790*, Clarendon Press, Oxford, 1966

Alain CAILLÉ, *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*, Desclée de Brouwer, Paris, 2000

G. CLARK, "Reconsiderations: 'The Great Transformation' by Karl Polanyi", 2008, online : <http://www.nysun.com/arts/reconsiderations-the-great-transformation-by-karl/79250/>

B. CLAVERO, *La grâce du don. Anthropologie catholique de l'économie moderne*, tradução de Jean-Frédéric Schaub, Albin Michel, Paris, 1998

C. COQUERY-VIDROVITCH, "Le Dahomey et son économie" in : *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, vol.24, 1969/4, pp.651-653, recensão crítica de K. Polanyi, *Dahomey and the slave trade. An analysis of an archaic economy*.

P. C. CORREIRA, *A mandioca: do Brasil para a costa ocidental africana (1550-1650)*, tese de mestrado da Universidade de Lisboa, 2007

J.C. CURTO, *Alcohol and Slaves : The Luso-Brazilian Alcohol Commerce at Mpinda, Luanda, and Benguela during the Atlantic Slave Trade c.1480-1830 and its impact on the Societies of West Central Africa*, UMI, 1997.

R. DELGADO, *História de Angola, Terceiro Período: 1648-1836*, vol.3, Banco de Angola, Lisboa, 1973

J. DERRIDA, *Donner le temps*, Galilée, Paris, 1992

D. FASSIN, "Les économies morales revisitées" in : *Annales. Histoire et sciences sociales*, 2009/6, pp.1237-1266

B. HEINTZE, *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História*, Kilombelombe, Luanda, 2007.

B. HEINTZE, "The Angolan vassal tributes of the 17 th century" in: *Revista de História Económica e Social*, 1980/6, pp.57-78

A.N KLEIN, "Karl Polanyi's Dahomey: To be or not to be a State? A Review Article" in : *Canadian Journal of African Studies*, vol.2, 1968/2, pp.210-223.

C. MADEIRA SANTOS, "Ecrire le pouvoir en Angola. Les archives ndembu XVIIIe-XXe siècles" in : *Annales. Histoire et sciences sociales*, 2009/4, pp.767-795.

M.E. MADEIRA SANTOS, *Nos caminhos de África. Serventia e posse. Angola- século XIX*, IICT, 1998

M. MAUSS, *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*, edição eletrónica realizada por J.-M. Tremblay em 2002, p.100

R. PELLISSIER, “Campagnes militaires au Sud-Angola (1885-1915), in *Cahier d'Etudes Africaines*, vol.9, nº33, 1969, pp.55-123

K. POLANYI, *A Grande transformação. As origens políticas e económicas do nosso tempo*, tradução de Miguel Serras Pereira, Edições 70, Lisboa, 2012, p.177

D. RAMADA CURTO, “Idéologies impériales en Afrique occidentale au début du XVIIe siècle” in : LF de Alencastro e F. Bethencourt, *L'empire portugais face aux autres empires (XVe-XIXe siècles)*, Maisonneuve et Larose, Paris, 2004

R. RICUPERO, *A formação da elite colonial, Brasil c.1530-c.1630*, Alameda, São Paulo, 2009.

M.N. ROTHBARD, “Down With Primitivism: A Thorough Critique of Polanyi,” 2004, online : <https://mises.org/daily/1607>

Alain TESTART, *Critique du don. Etudes sur la circulation non marchande*, éditions Syllepse, Paris, 2007

J.-L. VELLUT, “Relations Internationales du Moyen-Kwango et de l'Angola dans la deuxième moitié du XVIIIème siècle”, in : *Études d'Histoire Africaine*, vol. I, Université Lovanium de Kinshasa, 1970

J.-L. VELLUT, “Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine, (1700-1900)”, in : *Études d'Histoire Africaine*, vol. III, Louvain/Paris, Éditions Nauwelaerts, 1971.

Linda ZIONKOWSKI and Cynthia KLEKAR, *The culture of the Gift in Eighteenth-Century England*, Palgrave Macmillan, New-York, 2009